



AQ 02/2024

**Acordo quadro para aquisição de materiais e equipamentos
para apoio ao funcionamento das equipas de sapadores
florestais**

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

PARTE I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
CAPÍTULO I - Informações Gerais.....	4
Cláusula 1. ^a - Definições.....	4
Cláusula 2. ^a - Caderno de Encargos.....	5
Cláusula 3. ^a - Objeto.....	5
Cláusula 4. ^a - Forma e documentos contratuais	5
Cláusula 5. ^a - Prazo de vigência	6
Cláusula 6. ^a - Proteção de dados	6
CAPÍTULO II - Obrigações entidades intervenientes.....	6
Secção I - Entidades cocontratantes	6
Cláusula 7. ^a - Obrigações dos cocontratantes	6
Cláusula 8. ^a - Entrega dos bens	8
Cláusula 9. ^a - Sigilo e confidencialidade	9
Cláusula 10. ^a - Direitos de propriedade intelectual	9
Secção II - Entidades adquirentes e CC-CIMRC	9
Cláusula 11. ^a - Obrigações da CIMRC	9
Cláusula 12. ^a - Obrigações das entidades adquirentes	9
Cláusula 13. ^a - Alterações ao Acordo-quadro.....	10
Capítulo III - Penalidades contratuais	10
Cláusula 14. ^a - Penalidades contratuais	10
Cláusula 15. ^a - Execução da caução	12
Cláusula 16. ^a - Casos fortuitos ou de força maior.....	12
Cláusula 17. ^a - Seguros	12
Cláusula 18. ^a - Suspensão do Acordo-Quadro	12
Cláusula 19. ^a - Motivos de suspensão e exclusão de um cocontratante do Acordo-Quadro.....	13
Cláusula 20. ^a - Resolução por parte das entidades adquirentes	14
Capítulo IV - Disposições Finais	14
Cláusula 21. ^a - Resolução de litígios	14
Cláusula 22. ^a - Prazos e regras de contagem.....	15
Cláusula 23. ^a - Notificações e comunicações	15
Cláusula 24. ^a - Cessão da posição contratual e subcontratação	15
Cláusula 25. ^a - Legislação aplicável	15
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	15
Cláusula 26. ^a - Condições de fornecimento	15
Cláusula 27. ^a - Níveis de serviço	16
Cláusula 28. ^a - Revisão dos níveis de serviço	16
Cláusula 29. ^a - Emissão de Relatórios de Faturação.....	16
Cláusula 30. ^a - Preço Contratual.....	17

Cláusula 31. ^a - Remuneração da CC-CIMRC	17
PARTE III - PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO PELAS ENTIDADES ADQUIRENTES.....	17
Cláusula 32. ^a - Aquisição de materiais e equipamentos para apoio ao funcionamento das equipas de sapadores florestais	17
Cláusula 33. ^a - Critérios de adjudicação ao abrigo do Acordo-quadro.....	18
Cláusula 34. ^a - Despesas.....	19
Cláusula 35. ^a - Prazo de vigência dos contratos efetuados ao abrigo do Acordo-Quadro.....	19
Cláusula 36. ^a - Aplicação subsidiária	19

PARTE I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I - Informações Gerais

Cláusula 1.^a - Definições

Para efeitos do presente caderno de encargos entende-se por:

- a) **Acordo-Quadro** – Contrato escrito a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (doravante CC-CIMRC) e as entidades fornecedoras selecionadas, que estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas para aquisição de materiais e equipamentos para apoio ao funcionamento das equipas de sapadores florestais por essas entidades às entidades adquirentes;
- b) **CC-CIMRC** – Central de Compras da CIMRC, criada através de deliberação, de 8 de junho de 2011, do Conselho Intermunicipal da CIMRC, ao abrigo do disposto no artigo 260.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro, com o objeto e atribuições definidos no seu Regulamento Orgânico e de Funcionamento;
- c) **Caderno de Encargos** – O presente caderno de encargos referente ao concurso público para seleção de fornecedores de aquisição de materiais e equipamentos para apoio ao funcionamento das equipas de sapadores florestais, o qual estabelece os requisitos técnicos, económicos e legais a cumprir pelos concorrentes;
- d) **CCP** – Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor;
- e) **Cocontratante** – Concorrente selecionado que assinou o contrato de acordo-quadro para fornecer as entidades adquirentes;
- f) **Contratos de aquisição** – Contratos de aquisição de materiais e equipamentos para apoio ao funcionamento das equipas de sapadores florestais a celebrar entre as entidades adquirentes e os cocontratantes, nos termos do disposto nos artigos 257.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o presente caderno de encargos;
- g) **Entidade Adquirente** – Entidades adjudicantes que integram a Central de Compras da CIMRC;
- h) **Entidade Agregadora** – Entidade que representa um agrupamento de entidades adquirentes, que poderá ser a CIMRC, a CC-CIMRC ou um conjunto de entidades que a integram;
- i) **Entidade Contratante ou adjudicante** – A CIMRC é a entidade contratante / adjudicante do contrato de acordo quadro e as entidades adquirentes que celebrem procedimentos concursais ao seu abrigo são as entidades contratantes / adquirentes nesses contratos;
- j) **Entidade fornecedora ou adjudicatária** – Entidade adjudicatária selecionada para o fornecimento de materiais e equipamentos para apoio ao funcionamento das equipas de sapadores florestais no âmbito do presente acordo-quadro;
- k) **Fornecimento** – Disponibilização de um conjunto de bens, por aquisição, pela entidade fornecedora à entidade adquirente;

Cláusula 2.^a - Caderno de Encargos

O caderno de encargos estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas da aquisição de materiais e equipamentos para apoio ao funcionamento das equipas de sapadores florestais, a ser contratada pela CIMRC para os Municípios que a integram, bem como para as outras entidades que se achem submetidas ao regime do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente, as instituições particulares de solidariedade social e as freguesias, pertencentes à Unidade Territorial Estatística de Nível III (NUT III) da Região de Coimbra, desde que manifestem a vontade de integração na CC-CIMRC, o que comporta a adesão aos seus princípios e à aceitação do seu regulamento e das normas de execução emanadas pelo Conselho Intermunicipal da CIMRC.

Cláusula 3.^a - Objeto

1. O presente concurso público tem por objeto a celebração de um acordo-quadro para a seleção de fornecedores de materiais e equipamentos para apoio ao funcionamento das equipas de sapadores florestais (Lotes 1 a 3), nos termos e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos e do presente caderno de encargos, para as entidades que integram CC-CIMRC.
2. Os bens a adquirir no âmbito do acordo-quadro a celebrar terão de cumprir as especificações técnicas previstas na legislação em vigor, as quais se encontram agrupadas, de acordo com os seguintes lotes:
 - a) Lote 1 – Fardamento;
 - b) Lote 2 – Material para ações de silvicultura;
 - c) Lote 3 – Material para ações de incêndio.

Cláusula 4.^a - Forma e documentos contratuais

1. O contrato de acordo-quadro será celebrado por escrito.
2. Fazem parte integrante do contrato de acordo-quadro os seguintes documentos:
 - a) Suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo Conselho Intermunicipal da CIMRC;
 - b) Os esclarecimentos e retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O programa de concurso e o presente caderno de encargos;
 - d) A proposta do adjudicatário;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada; e,
 - f) Outras peças do concurso.
3. Além dos documentos indicados no número anterior, as entidades fornecedoras obrigam-se, também, a respeitar, no que lhe seja aplicável e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, e as de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.
4. O estabelecido no clausulado do contrato de acordo-quadro prevalece, em caso de dúvida, sobre o que constar dos documentos previstos no n.º 2 desta cláusula.
5. Havendo contradição entre os documentos previsto no n.º 2 desta cláusula, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

Cláusula 5.^a - Prazo de vigência

1. O contrato de acordo-quadro que resulta do presente procedimento, tem a duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da sua assinatura para a totalidade dos lotes em apreço, e considera-se automaticamente renovado por um ano se nenhuma das partes o denunciar, mediante notificação à outra parte por carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação ao termo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.
2. O prazo máximo de vigência do acordo-quadro, incluindo renovações, é de 36 (trinta e seis) meses.

Cláusula 6.^a - Proteção de dados

1. O fornecedor é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD), na sua atual redação.
2. A entidade adquirente, no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o fornecedor para este, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento.
3. Caso o fornecedor não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a entidade adquirente fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do fornecedor, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.
4. No caso previsto no número anterior, a entidade adquirente poderá compensar os custos que tenha suportado com eventuais quantias que sejam devidas ao Adjudicatário, ou através do acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.
5. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do fornecedor, este deverá, no prazo de 10 (dez) dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à entidade adquirente.
6. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo a entidade adquirente resolver o contrato.
7. Caso o fornecedor impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 3 da presente Cláusula, a entidade adquirente poderá resolver o contrato, por incumprimento muito grave do fornecedor.

CAPÍTULO II - Obrigações entidades intervenientes

Secção I - Entidades cocontratantes

Cláusula 7.^a - Obrigações dos cocontratantes

1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável e nas peças do presente procedimento, constituem, entre outras, obrigações das entidades cocontratantes:
 - a) Apresentar proposta válida, com preços iguais ou inferiores ao estabelecido pelo cocontratante no presente acordo-quadro, a todas as consultas efetuadas pela entidade agregadora ou por qualquer entidade adquirente ("call-off"), para o lote ou lotes para os quais

foram selecionadas, no âmbito do presente acordo-quadro, respeitando os termos dos convites e o disposto no presente caderno de encargos;

- b)** Celebrar contratos de fornecimento com as entidades adquirentes;
- c)** Proceder aos fornecimentos às entidades adquirentes, nos locais por estas definidos, e nos termos da sua proposta, em conformidade com as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, nos termos e condições definidos no presente Caderno de Encargos e com a qualidade proposta/demonstrada/testada, salvo se forem negociadas condições mais vantajosas para as entidades adquirentes;
- d)** Garantir a conformidade dos objetos de acordo com as normas e exigências legais em vigor, patentes, licenças e marcas registadas. A apresentação de proposta subentende que estas exigências são cumpridas, ficando o cocontratante vinculado em moldes similares à apresentação de declarações e certificações de conformidade;
- e)** Prestar garantia contra eventuais defeitos;
- f)** Realizar todas as tarefas solicitadas pela entidade adquirente e abrangidas pelo contrato a celebrar, com a diligência e qualidade requeridas e exigíveis pelo tipo de trabalho em causa mesmo que para tal tenha de recorrer aos meios humanos, materiais e informáticos que entenda necessários e adequados ao fornecimento dos produtos e à completa execução das tarefas ao seu cargo;
- g)** Entregar os bens objeto dos contratos em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua utilização, garantindo também a conformidade dos bens fornecidos com as normas legais que lhes são aplicáveis;
- h)** Proceder ao acompanhamento e formação contínua dos diferentes utilizadores sobre aspetos e técnicas de utilização dos objetos, durante o período do contrato, disponibilizando todos os meios necessários para o efeito;
- i)** Responsabilidade perante a entidade adjudicante e terceiros por perdas, prejuízos ou danos provocados direta ou indiretamente por desconformidades dos objetos fornecidos;
- j)** Comunicar à Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e às entidades adquirentes, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, designadamente:
 - i. Impossibilidade temporária de fornecimento;
 - ii. Impossibilidade legal de fornecimento;
 - iii. Substituição de artigos;
 - iv. Descontinuação definitiva de artigos.
- k)** Não alterar as condições do fornecimento dos objetos para além das admissões previstas no Caderno de Encargos;
- l)** Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os objetos, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- m)** Comunicar à Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a

sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas indicados no contrato;

- n) Respeitar os termos e condições de eventuais acordos celebrados pelas entidades adquirentes com o Estado que se encontrem em vigor;
 - o) Proceder à atualização dos bens, submetendo as propostas de atualização nos moldes previstos no Caderno de Encargos, à apreciação prévia da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra;
 - p) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, não utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
 - q) Comunicar às entidades adquirentes a nomeação do gestor de cliente responsável pelos contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
 - r) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento dos bens, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
 - s) Proceder obrigatoriamente à sua inscrição no portal da CC-CIMRC através do endereço eletrónico <http://centraldecompras.cim-regiaodecoimbra.pt>, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após assinatura de contrato de acordo-quadro;
 - t) Manter atualizados todos os documentos de habilitação, submetendo-os no portal da CIMRC em <http://centraldecompras.cim-regiaodecoimbra.pt>, bem como entrega-los às entidades adquirentes, sempre que solicitado por estas;
 - u) Submeter os relatórios de faturação previstos no presente caderno de encargos através da na área reservada do portal da Central de Compras, em: <http://centraldecompras.cim-regiaodecoimbra.pt>;
 - v) Remunerar a CIMRC nos termos fixados no presente caderno de encargos;
 - w) Disponibilizar, sempre que solicitado pela CC-CIMRC, declaração emitida por um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou pela entidade fiscalizadora das contas da empresa, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues, relativos aos procedimentos realizados ao abrigo do presente acordo-quadro.
2. A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Caso a CIMRC ou as entidades adquirentes venham a ser demandadas por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer obrigações, o cocontratante indemniza-as de todas as despesas e quantias pagas em sua consequência.

Cláusula 8.^a - Entrega dos bens

Os bens objeto dos contratos de aquisição serão entregues às entidades adquirentes de acordo com as suas necessidades e solicitações, nos termos e condições previstas no presente caderno de encargos.

Cláusula 9.^a - Sigilo e confidencialidade

1. As partes obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos previstos no objeto do contrato de acordo-quadro, e a tratar como confidenciais todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos no fornecimento ou no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
2. Exclui-se do âmbito do número anterior toda a informação gerada por força da execução do contrato de acordo-quadro, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que por força de disposição legal tenham de ser publicitados e/ou sejam do conhecimento público.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do acordo-quadro ou dos contratos de aquisição, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.^a - Direitos de propriedade intelectual

São da responsabilidade dos cocontratantes os encargos decorrentes da utilização, no âmbito do acordo-quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo, de marcas, patentes registadas ou licenças, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias.

Secção II - Entidades adquirentes e CC-CIMRC

Cláusula 11.^a - Obrigações da CIMRC

Constituem, entre outras, obrigações da CIMRC:

- a) Celebrar, gerir e atualizar o acordo-quadro;
- b) Acompanhar e promover a adoção do acordo-quadro;
- c) Monitorizar a execução dos contratos, designadamente realizando auditorias tratando a informação recebida pelas entidades adquirentes e pelos cocontratantes e, quando necessário, intervir na aplicação de sanções; e,
- d) Fornecer às entidades adquirentes, a requerimento destas, elementos disponíveis que não tenham carácter confidencial ou sigiloso e que se afigurem convenientes para uma melhor execução das prestações compreendidas no objeto dos contratos de fornecimento.

Cláusula 12.^a - Obrigações das entidades adquirentes

1. Constituem, entre outras, obrigações das entidades adquirentes:
 - a) Celebrar contratos de fornecimento com as entidades fornecedoras;
 - b) Monitorizar o fornecimento dos produtos e serviços no que respeita ao cumprimento dos requisitos técnicos mínimos e níveis de serviços definidos no presente caderno de encargos e no contrato celebrado, e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
 - c) Comunicar, em tempo útil, à CC-CIMRC os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato de aquisição e/ou acordo-quadro e reportar os resultados da monitorização; e,

- d) Facultar toda a informação relativa aos fornecimentos efetuados ao abrigo do acordo-quadro, sempre que lhes seja solicitado pela CC-CIMRC, até 10 (dez) dias úteis após a sua solicitação.
2. A informação referida na alínea d) do número anterior deve ser enviada através de relatórios de faturação submetidos no portal da CC-CIMRC em: <http://centraldecompras.cim-regiãodecoimbra.pt>.

Cláusula 13.^a - Alterações ao Acordo-quadro

1. A CC-CIMRC pode, em qualquer momento, em virtude de alterações justificáveis no mercado de fornecimento de materiais e equipamentos para apoio ao funcionamento das equipas de sapadores florestais, promover a atualização dos preços máximos unitários para as entidades adquirentes.
2. CC-CIMRC pode atualizar as características dos bens a adquirir ao abrigo do contrato de acordo-quadro, modificando-as ou substituindo-os por outros, desde que dessa modificação resulte uma melhoria para as entidades adquirentes ou essa alteração seja decorrente de exigências legais.
3. A eventual atualização dos bens e serviços objeto do acordo-quadro deve obedecer aos seguintes requisitos:
 - a) Que sejam de qualidade igual ou superior dos constantes da proposta inicial;
 - b) Que tenham, no mínimo, os requisitos legais, técnicos, funcionais e ambientais e de segurança exigidos;
 - c) Que os preços sejam iguais ou inferiores aos preços dos bens e serviços que substituem; e,
 - d) Que as restantes condições constantes do contrato de acordo-quadro se mantenham inalteráveis.
4. Para efeitos de qualquer alteração ao acordo-quadro, distinta da referida no n.º 1 desta cláusula, a parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
5. Os cocontratantes não podem apresentar propostas em procedimentos lançados ao abrigo do acordo-quadro com bens e serviços que não tenham sido previamente aprovados pela CC-CIMRC.
6. As alterações não podem conduzir à modificação do objeto principal do acordo-quadro nem configurar uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência garantida na fase de formação do contrato.
7. Qualquer alteração só se considera válida quando forem devolvidos ao cocontratante os documentos de atualização devidamente assinados pela CIMRC com informação relativa à data em que produzirá efeitos.

Capítulo III - Penalidades contratuais

Cláusula 14.^a - Penalidades contratuais

1. O incumprimento das condições de fornecimento de bens e demais obrigações previstas no acordo-quadro e nos contratos de aquisição, confere às entidades adquirentes o direito a serem indemnizadas através da aplicação de uma sanção, a creditar a favor da entidade adquirente ou a deduzir nas faturas e respetivos pagamentos subsequentes, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

2. Na determinação da gravidade do incumprimento, as entidades adquirentes têm em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa das entidades fornecedoras e as consequências do incumprimento.
3. O incumprimento das obrigações do cocontratante determina a aplicação de sanções pecuniárias nos termos que abaixo se definem:
 - a) Serão adquiridos os bens em falta a outros fornecedores, ficando a diferença de preço prejudicial à entidade adquirente a cargo do cocontratante faltoso;
 - b) Pelo atraso verificado na entrega dos bens, a multa a considerar será de:
 - i. 5% do valor do fornecimento não efetuado num período excedente de 24 horas;
 - ii. 10% do valor do fornecimento não efetuado num período excedente de 48 horas;
 - c) Se os objetos fornecidos não corresponderem em qualidade ou quantidade às amostras apresentadas, além da compensação correspondente à reposição da quantidade ou qualidade, as entidades adquirentes poderão aplicar a título de penalidade contratual, uma multa correspondente a 5% a 15% dos fornecimentos desconformes.
4. O valor das sanções constantes do número anterior é materializado com o envio de Notas de Débito e descontado em faturas por liquidar.
5. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, as entidades adquirentes poderão exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
6. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior poderão ser deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante dos objetos a fornecer.
7. As entidades adquirentes poderão compensar os pagamentos devidos ao abrigo dos contratos com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
8. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que sejam exigíveis indemnizações pelo dano excedente.
9. A aplicação das penalidades previstas na presente cláusula não poderá ultrapassar os limites previstos no artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.
10. Para efeitos da aplicação da sanção prevista nesta cláusula, considera-se que o prazo de entrega dos bens se encontra cumprido na data do fornecimento da totalidade dos bens encomendados, desde que se encontrem em condições de serem recebidos.
11. O incumprimento do exposto na cláusula 29.ª deste caderno de encargos confere à CIMRC o direito da aplicação de uma sanção pecuniária, a seu favor, no valor de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) por relatório não entregue.
12. Caso se verifique que os valores apresentados nos relatórios de faturação são inferiores aos valores efetivamente faturados às entidades, será aplicada uma sanção pecuniária de 1% (um por cento) da diferença entre os valores, com um valor mínimo de €50,00 (cinquenta euros), aplicável para diferenças inferiores a €5.000 (cinco mil euros) e um limite máximo de €500,00 (quinhentos euros).
13. É considerado incumprimento gravoso, para efeitos da alínea j) do n.º 2 da cláusula 19.ª a existência de 2 (dois) fornecimentos com violação dos níveis de serviço (prazos de entrega e requisitos do fornecimento), sendo para o efeito considerados todos os contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro.

Cláusula 15.^a - Execução da caução

1. As cauções prestadas para o exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos, podem ser executadas pelas entidades adquirentes sem necessidade de prévia decisão judicial.
2. A resolução dos contratos de aquisição pelas entidades adquirente não impede a execução da caução.

Cláusula 16.^a - Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato de acordo-quadro.
2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. Podem constituir força maior se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagem, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins ou determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos fortuitos ou de força maior deverá ser comunicada à outra parte e justificar tais situações, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. As circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior ou a ocorrência de casos fortuitos determinam a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento daquelas resultantes.

Cláusula 17.^a - Seguros

1. É da responsabilidade do cocontratante a cobertura de todos os riscos, através de contratos de seguro.
2. A CC-CIMRC e as entidades adquirentes sempre que entenderem conveniente, podem exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro, devendo o cocontratante fornecê-la no prazo estabelecido.

Cláusula 18.^a - Suspensão do Acordo-Quadro

1. Sem prejuízo do direito de resolução do acordo-quadro, a CIMRC pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, suspender, total ou parcialmente, a execução do acordo-quadro.
2. A suspensão produzirá os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação dos cocontratantes, por carta registada com aviso de receção, salvo se da referida notificação constar data posterior.
3. A CIMRC pode, a todo o tempo, levantar a suspensão da execução do acordo-quadro.
4. Os cocontratantes não poderão reclamar ou exigir qualquer indemnização, com base na suspensão total ou parcial do acordo-quadro.

Cláusula 19.^a - Motivos de suspensão e exclusão de um cocontratante do Acordo-Quadro

1. O incumprimento por qualquer das entidades cocontratantes das obrigações que sobre si recaem, nos termos do presente acordo-quadro ou dos demais documentos contratuais aplicáveis, confere à CIMRC o direito à exclusão dessa entidade do acordo-quadro com o correspondente ressarcimento de todos os prejuízos causados, nos termos gerais de direito.
2. Para efeitos da presente cláusula, sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, considera-se existir incumprimento definitivo a verificação de qualquer das seguintes situações, em relação a cada um dos cocontratantes:
 - a) Insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;
 - b) Incumprimento das suas obrigações relativamente aos pagamentos das contribuições para com a Administração Fiscal e Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - c) Prestação de falsas declarações;
 - d) Não apresentação de proposta aos convites efetuados ao abrigo do acordo-quadro;
 - e) Apresentação de proposta não válida, condicionada ou que possa ter custos indiretos ou futuros que não se encontrem previstos nos procedimentos pré-contratuais;
 - f) Não submissão definitiva dos relatórios de faturação previstos na cláusula 30.^a deste caderno de encargos;
 - g) Não cumprimento das obrigações de remuneração da CIMRC nos termos na cláusula 33.^a deste caderno de encargos;
 - h) A resolução do contrato por uma das entidades adquirentes, nos termos da cláusula 20.^a deste caderno de encargos;
 - i) A verificação de incumprimento gravoso relativo aos fornecimentos realizados;
 - j) Recusa do fornecimento de bens a uma entidade adquirente sem razão justificada;
 - k) Incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais e níveis de serviço mínimos previstos no presente caderno de encargos;
 - l) Incumprimento do disposto em matéria de proteção de dados.
3. Em caso de verificação, designadamente, dos factos constantes das alíneas d) a m) do n.º 2, pode a CIMRC optar pela aplicação de suspensão do cocontratante do acordo-quadro, até conclusão do inquérito de verificação, em função da ponderação da gravidade e reiteração do incumprimento, com a consequente inibição de participação em procedimentos iniciados ao seu abrigo, até conclusão do período de suspensão.
4. Determina-se a figura de suspensão sempre que o cocontratante não disponibilize, nas soluções eletrónicas de disponibilização de documentos de habilitação, indicados pela CC-CIMRC, os respetivos documentos devidamente atualizados.
5. O período de suspensão referido no n.º 3 não deverá ser superior a 90 (noventa) dias, e deverá terminar com o cumprimento das obrigações que motivaram a referida suspensão ou com a conclusão do processo de inquérito.
6. O cumprimento das obrigações referidas no número anterior não inibe a CIMRC do direito de resolução do contrato e consequente exclusão do acordo-quadro, nos termos no n.º 1 da presente cláusula.
7. Para efeitos do disposto nas alíneas d) a h) e j) a m) do n.º 2 da presente cláusula, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e/ou aplicação de sanção, quando exista, o

fornecedor continue a incorrer em incumprimento.

8. A exclusão do acordo-quadro não liberta o fornecedor do dever de satisfazer as requisições das entidades adquirentes, recebidas até à data da exclusão.
9. A exclusão de um fornecedor não prejudica a aplicação das sanções previstas na cláusula 14.^a deste caderno de encargos.

Cláusula 20.^a - Resolução por parte das entidades adquirentes

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as entidades adquirentes podem resolver os contratos de aquisição, a título sancionatório, no caso do fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das suas obrigações.
2. Para efeitos da presente cláusula, sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, considera-se existir incumprimento definitivo em caso de verificação de qualquer das seguintes situações, em relação a cada uma das entidades fornecedoras:
 - a) Não satisfação das especificações técnicas do produto conforme legislação em vigor;
 - a) Não satisfação dos níveis de serviço conforme expresso no presente caderno de encargos e nos contratos de aquisição;
 - b) Ocorrência de 2 (dois) incidentes durante a vigência dos acordos quadro e dos contratos de aquisição, dos quais resultem danos materiais e/ou humanos por causa imputável à entidade fornecedora;
 - c) Insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;
 - d) Incumprimento, por parte do fornecedor, das suas obrigações relativamente aos pagamentos das contribuições para com a Administração Tributária e Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - e) Falsas declarações.
3. O exercício do direito de resolução terá lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à entidade fornecedora em causa, da qual conste a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pela entidade adquirente em causa.
4. A resolução dos contratos de aquisição não prejudica o direito à indemnização que caiba às entidades adquirentes, nos termos gerais de direito.

Capítulo IV - Disposições Finais

Cláusula 21.^a - Resolução de litígios

1. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente relativos à respetiva interpretação ou execução é competente a comarca à qual compete a resolução do litígio.
2. As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico, nos termos da Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro.

Cláusula 22.^a - Prazos e regras de contagem

Os prazos previstos no acordo-quadro e nos contratos de aquisição contam-se nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.^a - Notificações e comunicações

1. As notificações entre as partes devem ser efetuadas com suficiente clareza, de modo a que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Com exceção das situações em que a Lei ou o presente caderno de encargos exija uma formalidade especial, as notificações serão preferencialmente efetuadas através da plataforma eletrónica utilizada pela CIMRC, podendo ainda ser efetuadas pelos seguintes meios:
 - a) Por correio eletrónico com aviso de entrega; e,
 - b) Por carta registada com aviso de receção.
3. Salvo indicação em contrário, os atos administrativos inerentes à execução do acordo-quadro só produzem efeitos após notificação, nos termos previstos nos números anteriores.

Cláusula 24.^a - Cessão da posição contratual e subcontratação

1. Os cocontratantes não podem ceder a sua posição contratual no acordo-quadro e nos contratos celebrados ao seu abrigo.
2. Os cocontratantes poderão subcontratar o fornecimento dos bens objeto do presente acordo-quadro, desde que autorizado previamente pela CIMRC e pela entidade adquirente.
3. Para efeitos da produção e envio dos relatórios previstos na cláusula 29.^a e do pagamento da remuneração à CIMRC previsto na cláusula 32.^a, ambas do presente caderno de encargos, a responsabilidade mantém-se nos cocontratantes.

Cláusula 25.^a - Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos e seu anexo, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor;
- b) Diretiva 2014/24/UE, de 26 de fevereiro;
- c) Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro;
- d) Código de Procedimento Administrativo; e,
- e) Em demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 26.^a - Condições de fornecimento

O fornecimento de materiais e equipamentos para apoio ao funcionamento das equipas de sapadores florestais previstos no presente acordo-quadro, deverá ser realizado de acordo com as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais, sem prejuízo das entidades adquirentes ajustarem, em sede dos procedimentos ao abrigo do acordo-quadro (“call-off”), os fornecimentos às suas reais necessidades.

Cláusula 27.^a - Níveis de serviço

1. Sem prejuízo de outros níveis de serviço fixados no procedimentos efetuados ao abrigo do acordo-quadro mais favoráveis para as entidades adquirentes, os cocontratantes devem cumprir os seguintes níveis de serviço mínimos:
 - a) Nomeação de um interlocutor na gestão do contrato afeto à gestão do mesmo;
 - b) Apresentação dos relatórios de gestão na periodicidade prevista no presente caderno de encargos;
 - c) Presença em reuniões periódicas para análise dos relatórios com as entidades agregadoras sempre que por estas solicitado.
 - d) A entrega dos bens é efetuada na sede da entidade adquirente ou em local por esta indicado. Em caso de mudança de instalações, o cocontratante obriga-se a manter as condições negociadas desde que as novas instalações se situem nos limites do concelho da entidade adquirente;
 - e) O prazo máximo para entrega dos bens é de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de envio da requisição podendo, no entanto, esse prazo ser alterado por acordo entre as partes.
 - f) A substituição dos bens rejeitados pela entidade adquirente deve ser efetuada dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis ou prazo acordado, a contar da data de envio da requisição;
 - g) Os bens deverão ser entregues no horário normal de expediente das entidades adquirentes, entre as 09h00m e as 17h00m, salvo acordo das partes na estipulação de outro horário.
 - h) A entrega dos bens terá obrigatoriamente de ser acompanhada da fatura e guia de remessa correspondentes.

Cláusula 28.^a - Revisão dos níveis de serviço

1. Os níveis de serviço podem ser revistos, tendo em vista o respetivo ajustamento, quer através da introdução de novos indicadores que se mostrem necessários ou em falta, quer através da alteração dos respetivos termos, nomeadamente os parâmetros utilizados na sua definição, quer ainda pela eliminação de indicadores que se revelem inadequados, desajustados ou desnecessários.
2. A revisão será feita mediante acordo de ambas as partes e deve ser efetivada em período de tempo acordado para o efeito.

Cláusula 29.^a - Emissão de Relatórios de Faturação

1. É obrigação da entidade fornecedora remeter à CIMRC os relatórios de faturação que constam dos números seguintes.
2. As entidades fornecedoras devem submeter os relatórios de faturação, no prazo de 15 (quinze) dias após o final do semestre a que diz respeito;
3. Considera-se não submissão definitiva dos relatórios de faturação, o seu não envio para as CIMRC até 15 (quinze) dias após o termo dos prazos previstos nos números anteriores.
4. Sem prejuízo do disposto na cláusula 19.^a do presente caderno de encargos, o não envio dos relatórios ou a falta de observância da informação solicitada, implica a suspensão dos pagamentos devidos pela entidade adquirente, até à regularização da situação em causa.

5. Os relatórios referidos nos números anteriores deverão ser disponibilizados através de plataforma eletrónica de suporte à CC-CIMRC, em <http://centraldecompras.cim-regiaodecoimbra.pt>, no espaço reservado aos fornecedores.
2. As entidades fornecedoras, sempre que lhes seja solicitado pela CC-CIMRC, devem facultar cópia das faturas relativas aos fornecimentos efetuados no âmbito do contrato, até 15 (quinze) dias após a solicitação.

Cláusula 30.^a - Preço Contratual

1. Os preços obtidos no acordo-quadro correspondem aos preços máximos que podem ser praticados pelas entidades fornecedoras, devendo as entidades adquirentes procurar obter condições mais vantajosas e adequadas às suas reais necessidades junto das entidades fornecedoras.
2. O preço a pagar pelas entidades adquirentes é o que resultar da proposta adjudicada no procedimento celebrado ao abrigo do acordo-quadro ("call-off").
3. O preço unitário dos bens não pode, em caso algum, ser superior ao estabelecido no contrato de acordo-quadro.
4. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas nos termos estabelecidos no presente caderno de encargos.
5. As entidades adquirentes são os únicos responsáveis pelo pagamento do preço dos fornecimentos que lhes sejam prestados, não podendo as entidades fornecedoras, em caso algum, emitir faturas à CC-CIMRC ou à CIMRC.
6. Os preços a apresentar pelas entidades fornecedoras nas suas propostas não incluem IVA.
7. O prazo de pagamento é o que for normalmente praticado por cada entidade adquirente, nos termos da lei.

Cláusula 31.^a - Remuneração da CC-CIMRC

1. As entidades fornecedoras remunerarão a CC-CIMRC, pelos serviços de gestão, supervisão e comunicação relacionados com o acordo-quadro, prestados no âmbito das suas atribuições, com uma periodicidade semestral, por um valor líquido correspondente a 3% sobre o total da faturação emitida, sem IVA, às entidades adquirentes, naquele período, independentemente da sua liquidação.
2. Para efeitos desta cláusula, os períodos de 6 (seis) meses correspondem aos semestres de cada ano civil.
3. A CIMRC deverá emitir fatura correspondente ao semestre em causa no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de receção dos relatórios de faturação e gestão previstos no presente caderno de encargos, devendo o pagamento em causa ser efetuado até 60 (sessenta) dias a contar da data de receção da fatura.

PARTE III - PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO PELAS ENTIDADES ADQUIRENTES

Cláusula 32.^a - Aquisição de materiais e equipamentos para apoio ao funcionamento das equipas de sapadores florestais

1. A aquisição de materiais e equipamentos para apoio ao funcionamento das equipas de sapadores florestais pelas entidades adquirentes, será nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos

Públicos, efetuada por consulta a todos os cocontratantes que tenham assinado o contrato de acordo-quadro, para que apresentem as suas propostas, fixando-se um prazo não inferior a 5 (cinco) dias.

2. Os convites às entidades fornecedoras ao abrigo do acordo-quadro poderão ser efetuados pela CC-CIMRC ou por qualquer outra entidade que a integre.
3. A CIMRC, quando entidade agregadora, poderá negociar as propostas apresentadas pelas entidades cocontratantes.
4. A entidade adquirente responsável pelo procedimento pode recorrer à negociação ou ao leilão eletrónico, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, para melhorar as condições propostas pelos concorrentes.
5. As entidades adquirentes atribuirão o fornecimento à entidade cocontratante que apresente a melhor proposta com base nos critérios de adjudicação previstos na cláusula seguinte deste caderno de encargos, consoante o lote em apreço.
6. Sem prejuízo do exposto na alínea i) do n.º 1 da cláusula 7.ª, as entidades adquirentes podem solicitar nota justificativa do valor unitário.

Cláusula 33.ª - Critérios de adjudicação ao abrigo do Acordo-quadro

1. A adjudicação é feita pelo critério da proposta economicamente mais vantajosa, segundo as seguintes modalidades:
 - i. Monofator;
 - ii. Multifator.
2. A adjudicação segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade multifator, tem em conta os fatores que melhor se adequam, designadamente os seguintes:
 - i. Preço com ponderação mínima de 40% (quarenta por cento);
 - ii. Qualidade dos bens;
 - iii. Prazo de entrega;
 - iv. Prazo de garantia e assistência;
 - v. Requisitos ambientais;
 - vi. Elementos relacionados com a inclusão social.
3. Para aferição do cumprimento dos requisitos de qualidade as entidades adquirentes poderão recorrer a amostras, catálogos, folhetos informativos, certificações e outros, que as entidades fornecedoras se obrigam a facultar, se tal lhes for solicitado pela CC-CIMRC ou pelas entidades adquirentes.
4. Para efeitos de avaliação dos requisitos ambientais, as entidades adquirentes poderão destacar os mais diversos aspetos, nomeadamente:
 - i. A utilização de materiais reciclados;
 - ii. Utilização de materiais ecológicos;
 - iii. Veículos eficientes utilizados para o fornecimento.
5. Para efeitos de avaliação de elementos relacionados com a inclusão social as entidades adquirentes poderão valorizar, entre outros, os seguintes aspetos:
 - i. A presença de recursos com níveis de deficiência clinicamente reconhecidos no processo de fabricação e distribuição dos bens;
 - ii. A presença de recursos pertencentes a minorias étnicas;
 - iii. A promoção de oportunidades de emprego: empregados de longa duração, jovens e equilíbrio

de género;

6. As entidades adquirentes devem prever critérios de desempate das propostas que possam estar relacionados com as ponderações atribuídas aos fatores que densificam os critérios de adjudicação, propostas que tenham sido apresentadas por empresas sociais ou por pequenas e médias empresas, por ordem crescente de categoria das empresas, devendo para tal ser considerada a categorização definida na recomendação 2003/361/CE adotada pela Comissão Europeia.

Cláusula 34.^a - Despesas

Correm por conta do adjudicatário todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato, incluindo as relativas à prestação e manutenção da caução.

Cláusula 35.^a - Prazo de vigência dos contratos efetuados ao abrigo do Acordo-Quadro

1. Os contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro têm a duração máxima de 3 (três) anos.
2. Os contratos que sejam celebrados ao abrigo do acordo-quadro podem produzir efeitos para além da vigência do acordo-quadro, desde que não ultrapassem as durações previstas nos números anteriores.
3. A celebração de novo acordo-quadro com o mesmo objeto impossibilita qualquer renovação, por parte das entidades adquirentes, dos contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro objeto do presente caderno de encargos.

Cláusula 36.^a - Aplicação subsidiária

Aplicam-se ao regime jurídico do contrato em tudo o que não estiver especialmente regulado, com as necessárias adaptações, as disposições da Parte II do presente caderno de encargos.

ANEXO A

CARACTERISTICAS DOS BENS

1. LOTE 1 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Condições genéricas:

- Cumprir todas as normas europeias aplicáveis ou outros requisitos legais.
- Entrega de equipamentos aos adjudicatários num prazo máximo de 30 dias.
- Os artigos dos pontos 37, 38 e 39 poderão vir a ser personalizados de acordo com a intenção dos adjudicatários.

1. Capacete de silvicultura com viseira metálica e protetores auditivos

- Normas técnicas: EN 352-3 26Db + EN 1731
- Descrição: Capacete de alta qualidade e ultraleve específico para trabalhos silvícolas. Peso < 675g. Ajustável. Banda de suor amovível e lavável. Fornecido com os vários acessórios de proteção individual necessários ao trabalho com motorroçadora ou motosserra. Viseira com elevada transparência.
- Sistema de ajuste rápido com diversos pontos de ajuste ao nível da correia de queixo.
- Materiais: Polietileno
- Cores: Amarelo

2. Óculos de proteção para motorroçadora e motosserra (MRMS)

- Normas técnicas: EN 166:2001 + EN 170:2002
- Descrição: Óculos leves e simples destinados à proteção dos olhos das projeções de materiais diversos. Apropriados para pessoas que usam óculos. Proteção total contra os raios ultravioleta, frontal e lateralmente.
- Materiais: Armação em plástico + Lentes em plástico
- Cores: Transparentes

3. Dólman de silvicultura

- Normas técnicas: EN 340
- Descrição: Construção ergonómica, abrangendo a proteção do tronco e anca. Malha respirável e elástica nas costas para permitir movimento amplo dos membros superiores. Forro em rede de algodão na parte superior da costa com abertura de respiro. Pontos de rutura reforçados. Faixas segmentadas monobanda retrorrefletora cinza nos braços e tronco. 2 Bolsos frontais superiores e 2 bolsos frontais inferiores, todos com pala (à respetiva cor do pano de fundo). Costuras duplas e triplas reforçadas. Escapulário frente e costas e manga em cor contraste. Reforços em preto.
- Materiais: Sarja acetinada. Gramagem: 245g/m2. Composição: 60% Algodão + 38% Poliéster + 2% Elastano. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 5.

- Cores: Verde florestal menta pantone 17-6333 TCX no tronco inferior + amarelo florestal vibrante pantone 13-0858 TCX no tronco superior e mangas + Preto nos ombros e cotoveleiras.
- Personalização: 6 Bases de velcro macio cosidas para símbolos, assinaladas a preto nos esboços de identificação n.ºs 1 a 4, com as dimensões referidas. Designações estampadas em material cinza retrorrefletor.

4. Luvas de proteção

- Normas técnicas: EN 388 + EN 420
- Descrição: Luva com 5 dedos resistente à vibração e a impactos ligeiros para trabalhos florestais, com dorso em têxtil, costuras de baixo perfil e reforço na dobra do polegar, faixas refletoras e superfícies interiores com elementos amortecedores. Ajuste ao punho em velcro ou similar.
- Materiais: Couro sintético de alta resistência à rutura e têxtil.

5. Luvas mecânicas

- Normas técnicas: EN 388:2004 (2132) e EN 420:1995.
- Descrição: Com 5 dedos e punho com elástico no interior. Cosidas com fio poliéster/algodão. Resistentes à abrasão, corte de facas, rasgões e perfuração.
- Materiais: Composição em pele de vaca com espessura de 0,9 a 1,1 mm.

6. Luvas de motosserrista

- Normas técnicas: EN 381-7:1999 CLASSE 2 + EN 388:2016
- Descrição: Luva de motosserrista com 5 dedos, de alta qualidade com boa maleabilidade dos dedos e total proteção.
- Materiais: Pele hidrofóbica de alta qualidade. Reforço no dorso. Revestimento anti deslizamento aborrachado na palma. Pararamida para proteção do dorso e pulsos. Punho ajustável em malha.

7. Manguito anticorte

- Normas técnicas: EN 381-10 2002 CLASSE 1
- Descrição: Manguito com proteção anti corte para trabalhos com motosserra, elevado conforto de utilização com nós confortáveis e orifício para polegar integrado, respirável.
- Materiais: Poliéster

8. Galochas

- Materiais: 100% PVC - Sem ftalatos.
- Descrição: Botas com cano impermeáveis e reforço na biqueira. Resistente à abrasão.

9. Botas de peitilho

- Materiais: Composição do tecido principal: 91% PVC – sem ftalatos e 9% Poliéster. Composição da bota: 100.00% PVC - sem ftalatos-
- Descrição: Alças elásticas reguláveis para maior conforto e reforço na biqueira. Bolso interior com bandas autoaderentes.

10. Calças de silvicultura

- Normas técnicas: EN 340
- Descrição: Calça com suspensórios. Cós sobrelevado atrás. 6 Bolsos, dois oblíquos frontais, dois traseiros e dois laterais. Braguilha com fecho. Cinto com botão interno e mola de pressão. 6 Passadores largos. Reforço entre pernas. Pontos de rutura reforçados. Costuras duplas e triplas. Faixas segmentadas monobanda retrorrefletora de cor cinza abaixo do joelho. Ajuste na inferior da perna por bainha simples, levando no interior um cone de malha que ajusta na bota. Joelheira interior de neopreme amovível.
- Materiais: Sarja acetinada. Gramagem: 245g/m2. Composição: 60% Algodão + 38% Poliéster + 2% Elastano. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 5.
- Cores: Verde florestal menta pantone 17-6333 TCX

11. Perneiras de proteção para uso de motosserra

- Normas técnicas: Diretiva Europeia 2016/425 + EN ISO 13688:2013 + EN ISO 11393-2:2019 + ISO 13934-1
- Descrição: Cós de tecido a envolver + 50% do perímetro da cintura com restante em elástico com 40mm de largura. O sistema de aperto do cós efetuado por meio de uma fivela plástica com largura de 45mm e comprimento de 75mm. Cintura ajustável através de fecho de correr efetuado por meio de passador/regulador plástico com travão de 50mm de comprimento por 35mm de largura. Cós com 4 passadores de 60mm de altura e 20mm largura, pespontados ao centro por ponto de duas agulhas distanciados entre si por 0.6mm, mosqueadas horizontalmente nas extremidades superiores. Frente sem braguilha. Perneira reforçada por 6 camadas de tecido interior de 160 g/m2 cada. Nível de proteção classe 1 (20 m/s) do referencial normativo ISO 11393-2:2019. Perneiras vestidas e ajustadas em 4 pontos das coxas e pernas, através de sistema de correia com 30mm de largura e fivela plástica preta, com 70 mm de comprimento de 70mm e 35 mm de largura, a envolver todo o perímetro dos membros inferiores.
- Materiais: Composição: 65% Poliéster + 35% Algodão. Gramagem: 210 g/m2. Repelente à água

12. Perneiras de proteção para uso com motorroçadora

- Normas técnicas: As Perneiras de proteção para uso com motorroçadora devem estar de acordo com a Diretiva Europeia 2016/425 e demais especificações técnicas anexas

- Descrição: Peça de tamanho único. Tecido base na cor verde e tecido de reforço na cor preta. Destina-se a proteger a parte frontal das pernas contra a projeção de detritos. Resistente a impactos graças à espuma fixa que forra o interior. Fácil de limpar. Tecido de reforço frontal respirável e à prova de água. Ajustam na cintura através de sistema de elástico com fivela. As pernas são vestidas e ajustadas sobre as pernas por meio de fecho colocado na traseira da calça, desde a boca da calça até à zona da coxa. O reforço das zonas frontal e genital é em tecido poliéster e poliuretano impermeável de cor preta. Um forro interior é feito em espuma de 3 mm para melhor absorção do impacto de detritos projetados.
- Materiais: Fabricadas em tecido de cor verde e preto com a seguinte composição:
 - Tecido base verde: 65% Poliéster 35% Algodão de 250 g/m2 (+/- 10%) ponto sarja 2/1
 - Tecido reforço preto: 90% Poliéster 10% Poliuretano com peso 200 g2 (+/- 10%) cor preta
- Cores: Verde e Preto

13. Bota com biqueira de aço

- Normas técnicas: A bota com biqueira de aço deve estar de acordo com as Normas Europeias: EN 12568; EN ISO 20345:2011; EN ISO 17249:2004 e demais especificações técnicas anexas
- Descrição: Cano e Gáspea da Bota: Bota de atar com ilhós e grampos metálicos, cano corado hidrofugado e ignífugo. Cano com proteção na zona do tornozelo e acolchoado internamente. Montagem: Vira de couro cosida à palmilha de couro com fio de nylon encerado. Entressola: de 5 mm, de borracha anti estática cosida à vira de couro com fio. Solado: Sola de dupla densidade em PU anti vibração, anti estática, estabilidade lateral, resistente a óleos e gorduras, absorção de energia na zona do tacão. Isolamento de cortiça com espessura de 5 mm entre a entressola e a palmilha. Palmilha: Palmilha de aço anti perfuração 1100 N, de acordo com as normas europeias EN 12568, e preformada anatomicamente para garantir comodidade e máximo conforto. Biqueira: de aço resistente a 200 joules de impacto e à compressão de 15 kN.
- Materiais: Bota antiderrapante, de meio cano, em pele preta hidrofugada e ignífuga (SB+WRU+HRO), piso todo-o-terreno, com biqueira de aço e palmilha anti perfuração destinada a trabalho silvícola. Com atacadores hidrofugados e ignífugos. Resistente ao corte por motosserra e à penetração de água.
- Cores: Preto

14. Capacete de combate a incêndios rurais

- Normas técnicas: EN 16471:2014 + EN 16473:2014 + EN 12492:2012
- Descrição: Capacete altamente resistente a choques, temperatura e matérias químicas, Certificação para combate a incêndios florestais, operações de socorro/resgate, montanhismo e uso industrial. Resistente à chama. Sistema de

ajustamento rápido por patilhas sobre catraca. Ajustável em 5 pontos. Desenho ergonómico. Tiras retrorrefletoras de cor amarela. Banda de ajustamento perimetral coberta por pele macia. Possibilidade de ajustamento da distância da cabeça à calote do capacete. Calote do capacete em termoplástico resistente a altas temperaturas. Resistente à deformação lateral. Comprimento do capacete entre 280 mm e 300mm. Altura entre 180 mm e 190 mm. Largura do capacete entre 235mm e 245mm. Peso sem acessórios entre 650 g e 700 g. Garantia vitalícia.

- Materiais: Elementos externos do capacete ignífugos.
- Cores: Branco (para utilização pelos Chefes de Brigada ou superiores) / Amarelo (para utilização dos restantes elementos, incluindo Chefes de Equipa)

15. Óculos de proteção contra incêndios em espaços naturais

- Normas técnicas: Excede normas e CSA Z94.3-92, MIL-V-43511C
- Descrição: Óculos de dupla lente para extinção de incêndios em espaços naturais e operações de resgate. Lente em policarbonato duro, com tratamento anti embaciamento interno e externo. Fácil limpeza da célula fechada e entrada de ventilação filtrada. Resistentes ao fogo. Fixos com pestanas que permita desencaixar o óculo da correia elástica. Lentes à prova de impacto militar de calibre 22 de EUA. Acessório compatível com o capacete de combate a incêndios rurais (Código 3.1).
- Materiais: Policarbonato duro
- Cores: Cinza

16. Lanterna + suporte

- Descrição: Sistema de projeção fluxo luminoso de elevada intensidade, com autonomia mínima 4 horas. À prova de água e de pó e resistente a impactos. Cobertura em borracha para absorção de choques em caso de queda. Peso < 220g. Suporte que permita acoplar a lanterna ao capacete, compatível e recomendado pelo fabricante do capacete de combate a incêndios rurais (Código 3.1).

17. Tapa nuca

- Normas técnicas: EN 13688 + EN ISO 11612/08 + EN 15614/07
- Descrição: Acessório compatível e recomendado pelo fabricante do capacete de combate a incêndios rurais (Código 3.1). Oferece proteção na zona do pescoço contra o calor e a radiação emitida pela chama.
- Cores: Amarelo

18. Cógula ignífuga

- Normas técnicas: EN 13911/2014
- Descrição: Elástica na parte facial. Design ergonómico. Duas camadas para garantia absoluta de proteção. Dupla costura. Concebida para oferecer proteção total do pescoço até ao ombro, tórax superior e dorso. Densidade igual ou superior a 220g/m². Peso de fibras de carbono superior a 70% do peso total.

- Materiais: Viscose e Aramida
- Cores: Dourado ou azul-escuro ou preto

19. Máscara de proteção contra incêndios florestais

- Normas técnicas: EN ISO 11612/08 + EN 15614/0 + EN 13688 + EN 15614
- Descrição: Máscara para incêndios florestais com finalidade de proteger o rosto da radiação, prevenir queimaduras e ajudar a reduzir a inalação de partículas de fumo e cinzas. Construída em camadas múltiplas de CarbonX ou similar. Sistema duplo de velcro, fita de transporte, velcro para ajuste facial. Fitas refletoras frontais. Cavidade para filtro adaptável de carvão ativado tipo FFP1. Com estrutura semi moldável de adaptação à cavidade nasal. Peso inferior a 200 g.
- Materiais: Tecido de dupla camada tipo CarbonX, ou similar, com padrão ergonómico de adaptação multicamadas.
- Cores: Preto

20. Filtro de carvão ativado para máscara de proteção contra incêndios florestais

- Normas técnicas: EN 149:2001
- Descrição: Filtro de carvão ativado, tipo máscara descartável FFP1 com válvula e estrutura semi moldável, almofadada, de adaptação à cavidade nasal, em forma de concha.
- Materiais: Válvula de exalação em polipropileno, material interior macio.

21. Dólmán ignífugo

- Normas técnicas: EN1149-5; EN ISO 11612; EN 15614; EN ISO 14116
- Descrição: Construção ergonómica. Proteção abrangente do tronco e da anca. Encaixe de malha ignífuga nas costas para permitir movimento amplo dos membros superiores. Forro de rede tridimensional em algodão nas zonas de maior impacto da radiação. Pontos de rutura reforçados. Faixas segmentadas tribanda retrorrefletoras nos braços e tronco. 2 Bolsos frontais superiores e 2 frontais inferiores, todos com pala. Colarinho amplo e ajustável. Encaixe de dedo polegar no punho interno; Respiro funcional nas costas oculto. Certificação exigida para todos os materiais usados no equipamento como ignífugos permanentes. Costuras duplas e triplas reforçadas. Sistema de DRD com fita de resgate interna, com comprimento bastante para que a pega não fique debaixo da nuca, com acesso pela pala na superior das costas.
- Materiais: Sarja ripstop respirável. 75% Aramida "Kermel" + 23% Pararamida + 2% Anti estático. Gramagem: 200 g/m2. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 5.
- Cores: Corpo amarelo florestal vibrante pantone 13-0858 TCX + Ombros e cotovelos em verde noite florestal 19-0414 TCX + Cintura verde noite florestal 19-0414 TCX e amarelo florestal vibrante pantone 13-0858 TCX.
- Personalização: 6 Bases de velcro macio cosidas para símbolos, assinaladas a preto nos esboços de identificação n.ºs 1 a 4, com as dimensões referidas. Designações estampadas em material cinza retrorrefletor.

22. Camisola interior de manga comprida ignífuga

- Normas técnicas: EN ISO 14116 + EN ISO 11612
- Descrição: Camisola interior com costuras em baixo relevo com elasticidade e respirável. Na zona da axila leva malha ignífuga e mais respirável que a usada na base.
- Materiais: Malha interlock. Gramagem: 210 g/m2. Composição 50% Modacrílico + 50% Algodão. Resistente ao suor, luz solar e lavagens: nível 5
- Cores: Cinza água pantone 15-5205 TCX
- Personalização: Símbolos estampados no lado esquerdo do peito e nas costas em material verde retrorrefletor.

23. Luvas ignífugas

- Normas técnicas: EN659:2003 + A1:2008
- Descrição: Palma em pyrohide e costas da mão em nomex Delta TA ou material similar. Acabamento exterior em nomex /kevlar ou material similar. Elevado conforto. Elevada maleabilidade. Reforço interior em kevlar com fibra de vidro para ampliar proteção ao corte e ao calor, sem costuras. Respiráveis. Manguito de altura superior a 120 mm. Terão que estar disponíveis nos tamanhos do 7 ao 11. Níveis de proteção mínimos exigidos:
 - Abrasão: 3
 - Corte: 5
 - Rasgo: 4
 - Perfuração: 3
 - Comportamento ao fogo: 4
 - Calor por contacto: 2
 - Calor convectivo: 4
 - Calor Radiante: 2
- Materiais: Pele pyrohide, kevlar e fibra de vidro

24. Calça ignífuga

- Normas técnicas: EN1149-5 + EN ISO 11612 + EN 15614 + EN ISO 14116
- Descrição: Calça com suspensórios, de construção ergonómica, com proteção abrangente das pernas, 6 bolsos, reforço entre pernas, forro de rede tridimensional em algodão nas zonas de maior impacto da radiação, cinta com passadores largos e elásticos nas laterais para auto ajuste, pontos de rutura reforçados, faixas segmentadas tribanda retrorrefletoras e de alta visibilidade abaixo do joelho. Joelheira dupla de tecido, dois bolsos de faca, dois traseiros e dois nas laterais com paleta de proteção. Certificação exigida para todos os materiais usados no equipamento como ignífugos permanentes, costuras duplas e triplas reforçadas, ajuste na parte inferior da perna por bainha simples, levando no interior um cone de malha ignífuga que ajusta na bota. Joelheira de neopreme amovível inserta internamente
- Materiais: Sarja ripstop respirável. Composição: 75% Aramida "Kermel" + 23% Pararamida + 2% Anti-estático. Gramagem: 200 g/m2.
- Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 5

- Cores: Verde noite florestal 19-0414 TCX

25. Meias ignífugas (par)

- Normas técnicas: EN 340
- Descrição: Meia de cano sem garrote no topo, com reforço cardado nos dedos e calcanhar.
- Materiais: Malha elástica. 80% Algodão + 17% Polyamida + 3% Elastano. Gramagem: 380 g/m², com tratamento retardante à chama para 25 lavagens.
- Cores: Preto

26. Mochila de combate com sistema de hidratação incluído

- Descrição: Arnês ergonómico e respirável permite distribuir otimamente os diferentes elementos, inclui uma mochila principal e uma secundária amovível por baixo da primeira. A mochila principal de carga tem 40mm de altura, 27 mm de largura e 20 mm de profundidade, sendo todo o compartimento fechado por zipper robusto e reforçado. Esta mochila inclui um compartimento separado, apenas com abertura superior de dimensão ajustada, estanque, entre o arnês e a bolsa principal para albergar um saco de transporte de água superior a 1,5 L e inferior a 3 L fixo ao arnês principal, equipado com mangueira termicamente protegida estendida sobre a alça direita da mochila e pipeta em borracha com válvula de abertura e fecho. A mochila secundária, amovível, fixa no arnês principal imediatamente abaixo da principal, à altura da cintura, e tem a possibilidade de ajustar o seu volume por intermédio de correias corredeiras. Ao mesmo nível da bolsa secundária estão inseridas 2 bolsas laterais com pala ajustável por velcro, multifunções, para transporte de garrafas de água ou outros objetos, distribuídas na zona da cintura. Peso máximo do conjunto vazio <1,5 Kg.
- Materiais: Cordura 1000D, espuma 9mm de Politétileno reticulada, fitas precinta 18mm/25mm/40mm/50mm em poliéster, Fivela 20mm/25mm/50mm em nylon, passadores 25mm em nylon, fecho espiral em nylon 8mm, cursores 8mm ZAMAK injetado, molas pressão 15mm em latão, elástico 80%poliéster 20%latex, velcro 50mm/40mm/20mm em poliamida. Vivo de debroar em poliéster, fita refletora amarelo alta visibilidade 30mm em poliéster.
- Cores: Preto e verde ou amarelo com faixas retrorrefletoras.
- Personalização: Símbolo de “Sapadores Florestais” estampado na parte de trás em local mais visível em material cinza retrorrefletor

27. Bota de combate a incêndios em espaço natural

- Normas técnicas: EN 15090 + EN ISO 20345
- Descrição: Fabricadas em pele impermeável, hidrofóbica, respirável, resistente a químicos e com 2,4 a 2,6 mm de espessura. O cano é confeccionado em pele impermeável, hidrofóbica e com espessura de 1 a 1,2 mm. A sola deve possuir perfil exterior em borracha com espessura mínima de 5mm de acordo com o ponto 5.8.1.1 da EN ISO 20345. Sistema com forro de 4 camadas, resistentes à abrasão e terem

acolchoado com fina camada de espuma respirável. Membrana em Gore-tex (membrana PTFE) que lhes garanta impermeabilidade, respirabilidade e resistência química. Língua anatómica e acolchoada com gancho de fixação central onde passam os cordões ignífugos, suportados através de um sistema de 9 pares de ilhós fechados. A palmilha é anti torção em Poliéster/Polipropileno, anatómica, destacável, lavável, com rápida absorção da humidade e rápida secagem. A sola é em borracha rígida, antiderrapante, anti estática e resistente a hidrocarbonetos, com exterior em TPU (Poliuretano Térmico) conferindo-lhes alta resistência térmica. Terão de estar disponíveis entre os tamanhos 37 a 46.

- Materiais: Membrana Gore-Tex e outros
- Cores: Preto

28. Chapéu tipo *boonie*

- Normas técnicas: EN 340
- Descrição: Chapéu de aba larga, maleável, leve e resistente. Tira com regulador para ajuste do perímetro cefálico na posterior; tira com ajuste plástico ao queixo. Forrado internamente para tapar costuras com tecido respirável de algodão; 4 respiros metálicos.
- Materiais: Sarja acetinada. Gramagem: 245 g/m2. 60% Algodão + 38% Poliéster + 2% Elastano. Resistência ao suor, luz solar e repelente a líquidos: nível 5.
- Cores: V1. Verde florestal menta pantone 17-6333 TCX (compatível com equipamento de silvicultura). V2. Verde noite florestal pantone 19-0414 TCX (compatível com equipamento de combate a incêndios rurais)
- Personalização: Designação "SAPADORES FLORESTAIS" estampada na frente em material cinza.

29. Gorro de aquecimento

- Normas técnicas: EN 340
- Descrição: Malha com elasticidade mecânica. Capaz de reter o calor, mas com respirabilidade para evitar desconforto térmico.
- Materiais: Malha canelada. Fibra com 50% Lã + 50% Acrílico. Gramagem: 500 g/m2
- Cores: Verde
- Personalização: Inscrição "SAPADORES FLORESTAIS" bordada a cinza na frente

30. Camisola interior de manga curta

- Normas técnicas: EN 340
- Descrição: Gola com costura dupla. Todas as costuras laterais em baixo relevo. Elasticidade e corte não justo.
- Materiais: Malha jersey. Composição: 100% algodão penteado. Gramagem: 155 a 160 g/m2. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 4-5.
- Cores: Cinza água pantone 15-5205 TCX
- Personalização: Símbolos estampados no peito do lado esquerdo e costas em material verde retrorrefletor.

31. Camisola interior de manga comprida e gola alta

- Normas técnicas: EN 340
- Descrição: Gola alta com pelo menos 10 cm, maleável. Costuras em baixo relevo. Elasticidade elevada e corte justo ao corpo para reter calor corporal. Punho canelado.
- Materiais: Malha jersey. Composição: 96% Algodão + 4% Elastano. Gramagem: 200 a 205 g/m2; Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 4-5.
- Cores: Cinza água pantone 15-5205 RCX
- Personalização: Símbolos estampados no peito do lado esquerdo e costas em material verde retrorrefletor.

32. Camisola interior de manga comprida

- Normas técnicas: EN 340
- Descrição: Gola com costura dupla. Todas as costuras laterais em baixo relevo. Elasticidade e corte sem ser justo.
- Materiais: Malha jersey. Composição: 100% Algodão penteado. Gramagem: 185 a 190 g/m2. Resistência ao suor, luz solar e lavagens: nível 4-5.
- Cores: Cinza água pantone 15-5205 TCX
- Personalização: Símbolos estampados no peito do lado esquerdo e costas em material verde retro refletor.

33. Cinturão

- Normas técnicas: EN ISO 14116 + EN ISO 11612
- Descrição: Cinturão preto de precinta de tipo militar com 45mm de largura em dupla camada de nylon resistente à abrasão com costuras triplas. Engate frontal por fivela ultrarresistente com capacidade de suporte superior a 2500 kg. Extremidade do cinturão reforçada em diagonal.
- Materiais: Nylon
- Cores: Preto

34. Par de elásticos para calças

- Descrição: Par de elásticos com 8 cm altura rematados com fita de velcro para calças.
- Materiais: Elástico com velcro
- Cores: Preto

35. Casaco de abafo de alta visibilidade

- Normas técnicas: EN ISO 24471 CLASSE 3 + EN 343 CLASS 3:1
- Descrição: Parka 4 em 1 de uso múltiplo, totalmente impermeável. Costuras termo seladas. Colete almofadado amovível no interior também de Alta visibilidade. Fitas retrorrefletoras certificadas para até 50 lavagens, termoaplicadas. 8 Bolsos amplos. Capuz amplo e oculto na gola. Fechos de alta resistência.

- Materiais: Tafetá de Poliéster. Tratamento de repelência com membrana de Poliuretano. Gramagem: 190 g/m2.
- Cores: Amarelo de alta visibilidade
- Personalização: Símbolos estampados no peito do lado esquerdo e costas em material cinza retrorrefletor.

36. Colete refletor de alta visibilidade

- Normas técnicas: EN ISO 20471 Classe 2
- Descrição: Colete em rede de alta respirabilidade. Adequado à realização de trabalhos intensos e ao sol. Bolsos de fole com palas de proteção. Fecho de aperto frontal. Bolso porta rádio. Janela transparente para identificação pessoal.
- Materiais: Malha 100% Poliéster. Gramagem: 90 a 100 g/m2
- Cores: Amarelo de alta visibilidade
- Personalização: Símbolos estampados no peito do lado esquerdo e costas em material cinza retrorrefletor.

37. Fato impermeável de alta visibilidade

- Normas técnicas: EN 343 CLASSE 3:3
- Descrição: Calça impermeável leve, confortável, respirável com fecho de ajuste no fundo das pernas. Parka impermeável/respirável com 4 bolsos com e sem dupla pala de proteção. Leve e robusta; Capuz oculto na gola. Ilhós de ventilação traseira. Punhos ajustáveis. Costuras termo seladas. Fitas retrorrefletoras de cor cinza, certificadas para até 50 lavagens. Forrada com rede para maior conforto; Presilha esquerda e direita para rádio na superior da frente.
- Materiais: Malha de poliéster com revestimento de poliuretano. Gramagem: 190 g/m2. Acabamento com repelência a líquidos.
- Cores: Amarelo de alta visibilidade
- Personalização: Símbolos estampados no peito do lado esquerdo e costas em material cinza retrorrefletor.

38. Bota de duplo uso (ignífuga e anti corte) com cano alto

- Normas técnicas: EN 15090:2012 + EN ISO 17249:2007 (Classe II = 24 m/s) + EN ISO 20345 + EN13287:2004. F1PTA + CI + OI3 + AN + CLASSE SRC II
- Descrição: Bota Tipo 1, Classe II de cano alto (desenho C) em couro impermeável, ignífuga, hidrófuga e respirável, forro com membrana PTFE respirável e impermeável, formada por 4 camadas com isolamento ao frio, calor e com costuras termo seladas. Calçado anestésico, absorção de energia na área do Resistência ao calor de contato, isolamento frio e térmico (HI3), resistência à absorção de água e penetração no passo, resistência à água de calçados cheios, e proteção na área do tornozelo (AN). Padrão Europeu "Resistência ao escorregamento"(SRC). Construída em couro repelente à água e retardante de chama em preto com uma espessura de 2.0 – 2,2 mm, de acordo com os requisitos da norma EN15090:2012. O cano da bota é acolchoado e forrado com couro

repelente de água, à prova de fogo por fora e couro têxtil respirável na parte inferior. A biqueira é formada por um protetor de metal que tem uma resistência ao impacto de 200 joules, de acordo com as regulamentações EN 15090:2012. As peças de pele que compõem o corpo da bota são costurados com fios à prova de fogo de alta resistência, poliamida ou similar, e são costurados com duplo ponto, reforçado nas áreas que suportam esforços e com maior risco de rutura. A biqueira contém um reforço de borracha em nitrilo, com a finalidade de suportar o desgaste da pele no contato com elementos que o ocasionem. A área do tornozelo tem um reforço termoplástico circular, com 5cm de diâmetro, pespontado em todo seu perímetro e em conformidade com os requisitos na norma EN 15090:2012. Sistema de fecho estende-se até ao topo da bota e consiste em três ilhoses fechadas, uma ilhós gancho de ajuste, e quatro ilhoses abertas, fabricadas em material metálico e com tratamento antioxidante e inoxidável. Dentro dos ilhoses passa um cordão circular, preto e em material retardante de chama, com tratamento repelente de água e 180 cm de comprimento. Todo o interior da bota é coberto por uma meia impermeável e respirável de membrana PTFE com costuras seladas, composta por 4 camadas: Barreira de poliamida externa, Revestimento de membrana em poliamida, Membrana PTFE e Barreira de feltro na base de poliéster. Proporciona alta transpiração, isolamento frio e calor e mantém o pé isolado de água e seco. Palmilha têxtil anti perfuração com resistência à perfuração de 1.100N, de acordo com os requisitos do EN 15090:2012.

- Materiais: Couro impermeável, ignífugo, hidrofugado e respirável, com mínimo de 2,0 – 2,2mm de espessura, com proteção para motosserra, cano e calcanhar acolchoados, sistema de aperto por ilhoses metálicas com atacadores, com biqueira de aço.
- Cores: Preto, apenas admissível outra cor em etiquetas de segurança.

39. Patch ICNF

- Materiais: Etiqueta tecida com velcro duro
- Cores: Segundo o manual de normas gráficas do ICNF
- Personalização: Logotipo ICNF

40. Insígnia Sapadores Florestais

- Materiais: Etiqueta bordada com velcro duro
- Cores: C 0% M 25% Y 92% K 9%. C 81% M 0% Y 42% K 62%. C 0% M 45% Y 91% K 54%
- Personalização: Logotipo do Programa de Sapadores Florestais

41. Placa de identificação bordada

- Materiais: Etiqueta bordada com velcro duro
- Cores: Tecido preto e linha amarela
- Personalização: Nome de cada elemento

42. Bandeira nacional bordada

- Materiais: Etiqueta bordada com velcro duro
- Cores: Bandeira portuguesa

43. Distintivo sem formação/ sem forma e chefe de equipa

- Materiais: Etiqueta bordada com velcro duro
- Cores: C 0% M 0% Y 0% K 15%. C 0% M 45% Y 91% K 54%
- Personalização: Conforme desenho dos distintivos presente no manual de EPI do ICNF

44. Distintivo de certificação parcial de grau um / certificação parcial de grau um e chefe de equipa

- Materiais: Etiqueta bordada com velcro duro
- Cores: C 0% M 0% Y 0% K 15%. C 0% M 0% Y 0% K 40%. C 0% M 45% Y 91% K 54%
- Personalização: Conforme desenho dos distintivos presente no manual de EPI do ICNF

45. Distintivo de certificação parcial de grau dois / certificação parcial de grau dois e chefe de equipa

- Materiais: Etiqueta bordada com velcro duro
- Cores: C 0% M 0% Y 0% K 15%. C 0% M 0% Y 0% K 40%. C 0% M 0% Y 0% K 65%. C 0% M 45% Y 91% K 54%
- Personalização: Conforme desenho dos distintivos presente no manual de EPI do ICNF

46. Distintivo de qualificação profissional / qualificação profissional e chefe de equipa

- Materiais: Etiqueta bordada com velcro duro
- Cores: C 0% M 0% Y 0% K 40%. C 0% M 0% Y 0% K 65%. C 0% M 45% Y 91% K 54%
- Personalização: Conforme desenho dos distintivos presente no manual de EPI do ICNF

47. Colete porta rádios

- Materiais: 100% poliéster
- Descrição: Com ajuste fácil para regulação e fecho do colete. Suporte para 2 rádios e bolsas com fecho em velcro. Velcro fêmea na frente do colete; porta caneta; local para colocação do comunicador. Faixas refletoras na frente e costas.

48. Caneleiras de proteção

- Materiais: Polietileno
- Descrição: Resistente à projeção de partículas, protege joelhos e canelas. Aperto por meio de elásticos de aperto. Material respirável.

LOTE 2 – MATERIAL PARA AÇÕES DE SILVICULTURA

Condições genéricas:

- Cumprir todos os requisitos essenciais de segurança e saúde, Normas Europeias aplicáveis ou outros requisitos legais.
- Entrega de materiais aos adjudicatários num prazo máximo de 10 dias para ambos os lotes.

1. Óleo mineral para mistura

- Óleo mineral para motor a 2 tempos para mistura com combustível.
- Relação de mistura 1:50.
- Capacidade: 10 litros.

2. Óleo mineral para lubrificação

- Óleo mineral de alta resistência.
- Para lubrificação exclusiva da proteção da guia e corrente de motosserra.
- Capacidade: 5 litros.

3. Óleo vegetal para lubrificação

- Óleo vegetal 100% biodegradável.
- Óleo testado de acordo com a OCDE 301 B.
- Para lubrificação fiável e proteção da guia e corrente de motosserra.

4. Massa lubrificante para engrenagens

- Massa lubrificante de alto rendimento, válida para caixas redutoras, motorroçadoras e foices a motor.
- Proteção contra desgaste, oxidação e resistente a água.

5. Lubrificante em spray multifuncional

- Óleo multifuncional para lubrificação, desprendimento de sujidade e partes coladas.
- Proteção anticorrosiva e spray de contacto.

6. Lima redonda

- Para afiação de correntes de motosserra com passo de 1/4", .325", 3/8" e .404".

7. Lima plana

- Para afiação de correntes de motosserra com passo de: 3/8"; .325"; .404"; lâminas corta-sebes, discos de mata-espessa e serras (200mm x 3mm), ou para porta-limas multifuncionais (200mm x 9mm x 6mm).

8. Porta-limas 3/25

- Porta-limas multifunção para 3/25

9. Porta-limas 3/8

- Porta-limas multifunção para 3/8

10. Filtro de ar para motorroçadora

11. Filtro de gasolina para motorroçadora

12. Filtro de ar para motosserra

13. Filtro de gasolina para motosserra

14. Bidon para combustível 10L

- Recipiente para combustível com capacidade para 10 L.
- Com tubo de enchimento
- Homologação para transporte de combustível.

15. Bidon para combustível 5L

- Recipiente para combustível com capacidade para 5 L.
- Com tubo de enchimento e sem sistema de enchimento ecológico.
- Homologação para transporte de combustível.

16. Bidon combinado

- Bidon combinado para gasolina e óleo 5L + 3L.
- Com tubo de sistema de enchimento ecológico.
- Homologação da CE.

17. Sistema de enchimento para gasolina

- Tubo de enchimento ecológico para gasolina e aplicação em bidon combinado.

18. Sistema de enchimento para óleo

- Tubo de enchimento ecológico para óleo e aplicação em bidon combinado.

19. Bidon de metal “Tipo Militar”

- Bidon de metal para combustível com capacidade mínima para 20 L.

20. Copo de medição

- Copo de plástico com escala graduada para quantificação do óleo lubrificante para efetuar mistura de combustível.
- Indicado para relações de mistura 1:50.

21. Corrente de elos de diamante para motosserra

- Corrente para motosserra com elos de diamante 3/25 com 67 elos.

- Para utilização em guias de corrente de 40cm.

22. Corrente de elos standard para motosserra

- Corrente para motosserra com elos standard 3/25 com 67 elos.
- Para utilização em guias de corrente de 40cm.

23. Corrente de elos de diamante para motosserra

- Corrente para motosserra com elos de diamante 3/25 com 74 elos.
- Para utilização em guias de corrente de 45cm.

24. Corrente de elos standard para motosserra

- Corrente para motosserra com elos standard 3/25 com 74 elos.
- Para utilização em guias de corrente de 45cm.

25. Discos de trituração

- Disco curvo de trituração 20DXF20X300mm para utilização em motorroçadora.

26. Lâmina circular

- Lâmina circular com 24 dentes de cinzel de 225mm e furo 20mm para utilização em motorroçadora

27. Lâmina 3 dentes

- Lâmina para mata espessa de 3 dentes de 300mm e furo 20mm para utilização em motorroçadora

28. Cabeça para fio de nylon

- Cabeça de corte em alumínio para colocação de fio de nylon
- Para uso de motorroçadora

29. Guia de corrente

- Guia de corrente (lâmina) de 40cm para correntes 3/25 de 67 elos

30. Guia de corrente

- Guia de corrente (lâmina) de 45cm para correntes 3/25 de 74 elos

31. Bobine de fio de nylon de 3,0 mm com formato redondo

32. Bobine de fio de nylon de 3,3 mm com formato redondo

33. Bobine de fio de nylon de 3,6 mm com formato redonda

34. Bobine de fio de nylon de 4,0 mm com formato de estrela

- 35. Bobine de fio de nylon de 4,0 mm com formato quadrado**
- 36. Bobine de fio de nylon de 4,0 mm com formato redondo**
- 37. Bobine de fio de nylon de 4,4 mm com formato de estrela**
- 38. Proteção para motorroçadoras com lâminas de trituração**
- 39. Proteção para motorroçadoras com lâminas circulares**
- 40. Retentor de corrente**
 - Peça em material alumínio com aplicação aparafusada à motosserra.
- 41. Arnês universal**
 - Arnês para encaixe e suporte da motorroçadora.
 - Com alças e precintas ajustáveis ao corpo do operador.
- 42. Vela de ignição BPMR7A**
 - Altura da chave 19mm; Rosca exterior 14mm; Comprimento da rosca 9,5mm; Posição da faísca 3mm.
- 43. Vela de ignição CMR6 H**
 - Altura da chave 16mm; Rosca exterior 10mm; Comprimento da rosca 12,7mm; posição da faísca 1mm."
- 44. Bomba de massa**
 - Bomba de massa manual de 800 gr com cabo flexível 3 em 1.
- 45. Tubo de massa de alto rendimento**
 - Para aplicação em bomba de massa com grau NLGI 2, DIN 51825: (2004-06) KP2N-20.
- 46. Chave de vela combinada para motosserra e motorroçadora**
- 47. Balde de corrente para capinadeira**
- 48. Balde com 10m**
 - Corrente G80 de 19 mm
- 49. Balde com 10m**
 - Corrente G100 de 19 mm
- 50. Balde com 10m**
 - Corrente G80 de 16 mm

51. Balde com 10m

- Corrente G100 de 16 mm

LOTE 3 – MATERIAL PARA AÇÕES DE INCÊNDIO

Condições genéricas:

- Cumprir todos os requisitos essenciais de segurança e saúde, Normas Europeias aplicáveis ou outros requisitos legais.
- Entrega de materiais aos adjudicatários num prazo máximo de 15 dias, após requisição dos mesmos.

1. Ferramenta florestal – tipo “Torga”

2. Ferramenta florestal – tipo “Gorgui”

3. Enxadão – tipo “Pulaski”

4. Enxada ancinho – tipo “McLeod”

5. Ferramenta florestal - Ancinho de corte

6. Pá

- Tratada termicamente e temperada para maior resistência e durabilidade.
- Lâmina de aço carbono afiada em todas as bordas.

7. Exintor dorsal

- Capacidade para 20 litros de agente extintor (água).
- Flexível com reservatório, cinto ajustável e alças acolchoadas de cor de alta visibilidade e fitas refletoras.
- Agulheta de 2 êmbolos e de jato contínuo permitindo trabalhar em leque ou em jato.

8. Pinga lume

- Depósito de 5 litros para armazenamento de combustível com bica em latão de 3/32.
- Devidamente homologado para o transporte de combustível inflamável.

9. Agulheta de 25 mm

- Permite regulação de caudal e 2 modos de saída (jato ou leque).

10. Agulheta de 45 mm

- Permite regulação de caudal e 2 modos de saída (jato ou leque).

11. Agulheta de 70 mm

- Permite regulação de caudal e 2 modos de saída (jato ou leque).

12. Mangueira de 25 mm

- Capa de proteção exterior em Hypalon de cor amarela e estrias longitudinais para proteger e facilitar o seu deslizamento no solo.
- Com junções nas extremidades Storz D25.

13. Mangueira de 45 mm

- Capa de proteção exterior em Hypalon de cor amarela e estrias longitudinais para proteger e facilitar o seu deslizamento no solo.
- Com junções nas extremidades Storz C52.

14. Mangueira de 70 mm

- Capa de proteção exterior em Hypalon de cor amarela e estrias longitudinais para proteger e facilitar o seu deslizamento no solo.
- Com junções nas extremidades Storz B75.

15. Tampões Storz medida D25

- Tampões com corrente metálica,

16. Tampões Storz medida C52

- Tampões com corrente metálica.

17. Tampões Storz medida B75

- Tampões com corrente metálica.

18. Redução Storz medida D25 x C52

19. Redução Storz medida C52 x B75

20. Ligador Storz medida D25

21. Ligador Storz medida C52

22. Ligador Storz medida B75

23. Chave para Storz

- Chave para utilização em Storz nas medidas D25, C52 e B75.
- Punho com proteção em borracha.

24. Chave para hidrantes

- Para abertura de bocas-de-incêndio e de marcos de água.

25. O-ring para mangueira de 25 mm

26. O-ring para mangueira de 45 mm

27. O-ring para mangueira de 70 mm

28. Malote para transporte de mangueiras

- Para o transporte de mangueiras com diâmetro de 25mm.
- Com 2 alças ajustáveis e uma tira de velcro ou clip para acondicionar as mangueiras.

29. Lanterna de mão

- Com lâmpada de shanon de alta intensidade ou LED de alta intensidade.
- Bateria recarregável com autonomia mínima de 4 horas.
- Corpo da lanterna em material termoplástico ABS e fita de tiracolo.

30. Ferramenta florestal – batedor/abafador

- Cabo de madeira e ferramenta de lona ou algodão com no mínimo 4 tiras.

O 1.º Secretário Executivo Intermunicipal

(Jorge Brito)